

## O PENSAMENTO URBANO E A ESTÉTICA RELACIONAL: Um estudo em andamento

Daniilo Fleury<sup>1</sup>

*fleurydaniilo@gmail.com*

### Resumo

Pensar a respeito das cidades atuais requer uma regressão analítica e crítica das reflexões urbanas ocorridas na história. Este trabalho apresenta, de maneira introdutória, um panorama do pensamento urbano, desde a industrialização até as últimas ideologias urbanas do século XX (Internacional Situacionista), que colabore para o entendimento acerca da situação urbana na contemporaneidade. As transformações que ocorreram durante esses séculos, permeadas por diversas ideologias, construíram a complexa situação urbana das cidades atuais. Nos anos 90, Nicolas Bourriaud em seu livro “Estética Relacional” reflete sobre o lugar da arte na sociedade contemporânea e as interferências que o mercado e a cultura de consumo produzem no ambiente social. A diminuição progressiva de espaços de convívio e relação em prol de ambientes de consumo é o contexto onde surge a produção artística que ele denomina de arte relacional. Por mais que sua reflexão esteja voltada para a arte contemporânea, ela é de extrema relevância para o pensamento urbano. Agregar o valor da sensibilidade artística, suas potências sociais e políticas, pode ser de grande importância para a reflexão urbana atual. Nossa pesquisa investiga se e em que medida tais ideias permitiriam uma virada de chave no pensamento e nas práticas urbanísticas, atualizando sua produção para as novas potencialidades da sociedade e da vida contemporânea.

**Palavras chave:** Cidade, Urbanismo, Arte, Estética Relacional

### Abstract

*A contemporary thought on our cities requires a critical and analytical review of the evolution of urban reflexion through history. This paper aims at presenting a panorama of urban thinking, from industrialization to the last urban ideologies of the 20th Century (International Situationist), that would contribute to understanding the urban condition in our time. The transformations that have been taking place over the last centuries, permeated by several ideologies, built up the complex urban situation of our cities. In the 90's, Nicolas Bourriaud, in his book "Relational Aesthetic", analyzes the role of art in contemporary societies and the interferences market and consumption culture produce over the social ambiance. The progressive shrinking of spaces of conviviality in favor of consumption places marks the*

---

1 Graduando em Arquitetura e Urbanismo, FAU/Universidade de Brasília – UnB e membro do Núcleo de Estética e Semiótica (NES) do PPGFAU. Bolsista de Iniciação Científica (2013-2014), CNPq/Decanato de Pesquisa e Pós Graduação da UnB. Esta comunicação faz parte do plano de trabalho em curso “O corpo e a cidade: uma investigação preliminar sobre as aproximações entre arte visual e arquitetura a partir das intervenções urbanas” e está inserido no projeto de pesquisa *Ambiente das Artes Visuais: contribuições para a Estética & Filosofia da Arquitetura*, coordenado pelo Prof. Dr. Miguel Gally.

*context in which appeared the artistic production he named "relational art". Although focused on contemporary art, Bourriaud's insights may be of special importance to the field of urban reflexion, which may gain new value by incorporating artistic sensibility and its social and political powers. Our research investigates if and to what extent such ideas may represent a turning point in the current urban thoughts and praxis.*

**Key words:** *City, Urbanism, Art, Relational Aesthetics.*

As cidades se modificam constantemente por entre os séculos, décadas e dias. Sua contínua transformação nos instiga a pensar sobre a vida e a condição do espaço urbano, que parece se tornar cada vez mais o “ambiente natural” do ser humano. Essas transformações exigem dos urbanistas reflexões persistentes sobre o rumo que as cidades estão tomando, que influenciarão nas gerações futuras, e também sobre o rumo que nós, enquanto profissionais e cidadãos, desejamos que ela siga. O espaço entre esses dois futuros possíveis é o campo onde se inicia o pensamento a respeito da cidade.

O crescimento industrial que se iniciou no século XVIII e seguiu massivamente para o século XIX criou as condições que possibilitaram o início de uma longa discussão sobre a cidade. Segundo Henri Lefebvre, em seu livro “O Direito à Cidade”, a industrialização foi o ponto de partida para que se pudesse expor a problemática urbana. Ele entende que a relação entre a industrialização e suas consequências práticas e reflexivas na cidade é uma relação entre indutor e induzido. Como indutor se apresenta a realidade industrial. Como induzidos se apresentam as problemáticas urbanas originadas pelas indústrias do século XIX: os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. Esses fatos induzidos introduziram, através de análises críticas sobre as cidades industriais, o pensamento acerca do espaço e da vida urbana.

“Uma imundice e nojeira sem igual” (Apud CURTIS, W. 2008, p.241), relata Engels após visitar Manchester, em 1845. Esse relato resume em poucas e grossas palavras a situação urbana que caracterizava as cidades europeias que foram dominadas pela produção industrial. A industrialização subverteu as condições de trabalho pré-existentes ao romper drasticamente com o equilíbrio que existia na relação entre casa e local de trabalho (Cf. Carta de Atenas, 1933). Ao concentrar intensamente as forças produtivas nas cidades, as indústrias exigiram uma proporcional concentração populacional no ambiente urbano, o que provocou o inchaço das cidades, a saturação das infraestruturas e o crescimento desordenado do ambiente urbano.

Esse crescimento acelerado levou as cidades a uma condição lamentável e insalubre, com função exclusiva de produção (industrial), em prol dos interesses capitalistas e em detrimento das qualidades e dos direitos mínimos da vida humana. O surgimento dos cortiços, moradias sem as mínimas condições para o habitar humano, e a degradação das ruas originadas pela falta das infraestruturas básicas de higienização são exemplos das causas que provocaram nos arquitetos novas atitudes interessadas em subverter tal condição.

A urbanização que ocorreu como consequência do desenvolvimento industrial, fruto da produção capitalista, extrapolou em muitas vezes a escala das cidades antigas e medievais. Quando o capitalismo comercial da produção artesanal foi substituído pelo capitalismo concorrencial, trazido à tona por uma burguesia especificamente industrial, gerou-se uma enorme crise social refletida principalmente no meio urbano: “As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais”. (LEFEBVRE, H. 2001, p.15) O processo de industrialização e o processo de urbanização são, desde o início, conflitantes. O crescimento da força das indústrias sob o interesse na produção econômica vai de encontro ao desenvolvimento de uma vida social digna da sociedade urbana. A forte presença do novo modelo econômico, o capitalismo concorrencial e intensamente produtivo, influenciou decisivamente os modelos de sociabilidade e da vida urbana.

Lefebvre separa esse processo de análise crítica sobre a industrialização das cidades em três momentos. No primeiro momento, a industrialização destruiu praticamente toda a realidade urbana pré-existente, assaltando e consumindo exaustivamente seus potenciais. As indústrias se comportavam como um poder que negava a realidade social urbana em favor de uma realidade econômica industrial. Em um segundo momento, após a dominação da indústria sobre a cidade e a vida pré-industrial, a urbanização se ampliou. Criou-se uma sociedade urbana generalizada em uma realidade que neste momento se reconhecia como realidade socioeconômica. Assim, a produção e a ideologia capitalista se efetivaram no coração do pensamento urbano. Percebeu-se que a sociedade corria o risco de se decompor se lhe faltasse à cidade, já que essa era o centro da oferta e do consumo necessários à dinâmica capitalista. Isso leva ao terceiro momento, quando surgiu a necessidade de se repensar e reinventar a realidade urbana. Tornou-se urgente a adaptação e a transformação das cidades. Nasceram as reflexões urbanísticas, junto com uma nova racionalidade, que permearam as ideologias urbanas modernas ao longo dos séculos XIX e XX.

As reflexões urbanísticas, que nasceram a partir da análise crítica a respeito das

idades da era industrial, tinham como objetivo principal o remodelamento da arquitetura e dos espaços urbanos. Além disso, buscavam uma nova forma de vida que se opusessem à exploração capitalista pela força de trabalho do ser humano. No final do século XIX, alguns teóricos publicaram projetos de cidades ideais que exemplificam essa vontade de superar ou aperfeiçoar a situação industrial. A Cidade Linear de Arturo Soria y Mata (1882) e a Cidade Industrial de Tony Gardier (1901) foram projetos que expressavam suas preocupações com as questões da organização e do planejamento racional do espaço urbano. Opunham-se à desordem generalizada oriunda da presença industrial, mas idealizavam e alimentavam os avanços técnicos e econômicos trazidos por ela. A Cidade Linear se organizava e se expandia a partir de um grande eixo de circulação. O interesse pela livre e rápida circulação de pessoas e bens vem como fruto do interesse econômico que crescia rapidamente. A Cidade Industrial propunha um forte e rígido zoneamento, outra resposta à desorganização da cidade na era industrial. Tal projeto visava harmonizar a presença das indústrias com as habitações. Os potenciais e os valores da industrialização eram suavizados por ruas bucólicas e arborizadas, inspiradas nas cidades tradicionais. (CURTIS, W. 2008, p. 243)

A retomada da natureza no espaço urbano foi trazida exemplarmente por Ebenezer Howard na Cidade Jardim (1898). Tais propostas influenciaram tanto a Cidade Industrial de Gardier como tantos outros projetos urbanísticos que se seguiram desde o final do século XIX. A destruição da natureza e da vegetação no ambiente das cidades não foi novidade da industrialização embora esta tenha sido massivamente devastadora ambientalmente. A Cidade Jardim tentava traçar um contraponto à realidade industrial, substituindo a densidade e a grande escala das cidades por vilas, com tamanhos e densidades gerenciáveis humanamente. Alimentadas por uma nostalgia às cidades pré-industriais, essas vilas seriam como comunidades alternativas utópicas, em harmonia com a natureza e socialmente. Essa descrença a respeito da sociedade industrial também foi abordada nos escritos de Camillo Sitte, que se posicionou fortemente contra as grandes intervenções que estavam ocorrendo (a exemplo das reformas de Haussmann em Paris) e aos projetos interessados na extrema organização do território. Sitte defendia um relacionamento mais íntimo do homem com a cidade através das irregularidades da malha urbana. Seu pensamento também estava influenciado por certa nostalgia às cidades pré-industriais. (2008, p.243)

Todos esses projetos, tanto os que tentaram organizar o crescimento da industrialização como os que tentaram ao máximo se opor a ela, iniciaram as discussões sobre

os espaços urbanos, o que influenciou decisivamente as propostas urbanísticas futuras. No início do século XX, Le Corbusier sintetiza os ideais das “novas cidades”: Mecanização, ordem geométrica e “natureza”. A partir disso, em 1922, ele propõe a Cidade para 3 Milhões de Habitantes, que buscava a harmonização da era da máquina com a cultura moderna. A ideologia de uma nova cultura, a cultura moderna, junto com uma super simplificação dos processos industriais resultava em um projeto extravagante. “O conjunto estava imbuído de um espírito de racionalidade e disciplina quase obsessivo: as forças da mecanização foram perfeitamente resolvidas em uma planta do tipo mandala que incorporava uma “ordem ideal”. (CURTIS, W. 2008, p.247) Seu interesse em “harmonizar as forças e possibilidades da indústria ao serviço de emancipação e melhoria do ser humano”. (2008, p.247) tornou-se uma idealização pela racionalidade e pela rígida ordenação do território urbano. Essa racionalidade e ordenação faziam parte do interesse em integrar a modernidade e a eficiência industrial com a qualidade de vida do ser humano moderno. Para ele, as cidades deveriam ser de luz, vegetação, ar, limpeza e eficiência, uma resposta clara ao contexto urbano da industrialização.

*“A maioria das cidades estudadas oferecem hoje a imagem do caos. Essas cidades não correspondem de modo algum a sua destinação que seria satisfazer as necessidades primordiais, biológicas e psicológicas da população.*

*Esta situação revela, desde o começo da era da máquina, o crescimento incessante dos interesses privados. A cidade deve assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva. (...)” (Carta de Atenas, 1933)*

O surgimento do CIAM, Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em 1928, tinha como objetivos a discussão e a elaboração de propostas a respeito da nova arquitetura e urbanismo modernos. Essas discussões surgiram a partir da necessidade de pensar em uma nova produção arquitetônica que comunicasse a nova realidade social. As recentes contingências industriais, econômicas e ideológicas exigiram reflexões sobre as novas necessidades humanas e, conseqüentemente, sobre as novas funções da arquitetura e da cidade modernas. Com uma forte influência da ideologia progressista e produtiva da era da máquina, os CIAM se apoiavam na questão de eficiência, de “mínimo esforço possível”, da

racionalização dos espaços e da funcionalização das atividades humanas. Essas questões interferiram e se infiltraram em muitas das propostas urbanísticas e arquitetônicas do século XX. Dentre todas as ideias modernas, funcionalismo foi, talvez, a mais difundida e massificada.

Ao longo do século XX, os projetos e planejamentos urbanísticos produzidos estiveram majoritariamente sob a bandeira do funcionalismo, o que direcionou a elaboração de uma urbanização funcional generalizada. A crença funcionalista condenava a cidade a uma política metódica e racional do solo, ainda em resposta ao caos e ao crescimento desordenado que ocorreu nas cidades da era industrial. No primeiro CIAM, a “Declaração de Sarraz” discute sobre as questões da eficiência, do mínimo esforço possível e da racionalização da produção. Essas questões alimentavam uma idealização pela indústria ao adaptar toda a produção arquitetônica e urbanística a uma tentativa de se enquadrar nos *modus operandi* industrial, da produção capitalista. “Los artículos de la carta se leían como un catequismo neo capitalista, cuyos edictos eran tan idealmente 'racionalistas' como irrealizables em su mayor parte” (FRAMPTON, K. 1987, p. 274).

A relação entre a produção urbanística do movimento moderno e o capitalismo mostrase contraditória em alguns aspectos. Se por um lado existe o discurso da eficiência, de uma funcionalidade excessiva e da racionalização da produção e da vida, que se enquadram na lógica capitalista e alimentam seu modo de funcionamento, por outro lado existe uma crítica veemente à privatização e individualização que a produção industrial provocou nas cidades e que rompeu com os laços da coletividade social. A ideologia moderna buscou a reformulação das cidades na busca por uma organização e racionalização quase maquinal que permitiriam um desenvolvimento social iria “assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva.” (Carta de Atenas, 1933)

*“A era da máquina, ao modificar brutalmente determinadas condições centenárias, levou-as (as cidades) ao caos. Nossa tarefa atual é arrancá-las de sua desordem por meio de planos nos quais será previsto o escalonamento dos empreendimentos ao longo do tempo.” (Carta de Atenas, 1933)*

A Carta de Atenas surgiu a partir do CIAM de 1933, e foi onde se discutiu mais

fortemente a questão do urbanismo moderno. Respondendo claramente às novas necessidades da sociedade moderna maquinal, a carta, redigida por Le Corbusier, expunha alguns conceitos modernistas bem definidos. “O sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo.” (Carta de Atenas. 1933) Alguns exemplos dos conceitos são: A relação entre edificações e espaços livres, que permitia a iluminação e ventilação dos espaços públicos e das habitações; o zoneamento rígido das diferentes funções da cidade, a “discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular” (1933); a apropriação governamental pelo solo urbano que permitiria uma expansão controlada da cidade; e a valorização de uma eficiente rede de circulação que permitiria a rápida locomoção de pessoas e bens.

Todos esses conceitos, criados a partir do incessante esforço organizacional do espaço urbano, decorrem para uma questão importante: ao organizar e doutrinar de forma tão rígida o espaço urbano, acaba-se por tentar doutrinar também a vida urbana. Quando a reflexão sobre as novas necessidades do ser humano moderno aparece em discussão no CIAM, predetermina-se um comportamento ideal para o ser humano, em escala universal, que o permite apenas à liberdade que se encontra dentro do cerco da ideologia moderna. A racionalização dos comportamentos humanos em busca do homem ideal e as quatro categorias do funcionalismo moderno (habitação, trabalho, lazer e circulação) acabaram por simplificar, na extrema necessidade de organização e funcionalização, a complexidade da vida urbana e social. O funcionalismo se tornou, assim, alvo de fortes críticas.

Desde o CIAM XIII (1951), as críticas ao funcionalismo radical da “velha guarda” moderna começaram a se fortalecer. Nesse congresso, foi discutido sobre o que restou dos centros históricos e das cidades devastadas pela guerra, temática que não era comumente discutida entre os modernos. A devastação generalizada das cidades do pós-guerra (1945) era a tão sonhada “tábula rasa” moderna, já que a urgente demanda de reconstrução das cidades europeias pôde se apropriar conceitos urbanísticos modernos. As questões das pré-existências iam de encontro com a necessidade moderna de construir novas cidades, e sociedades, partir do zero.

No CIAM IX (1953) surgiu formalmente o grupo Team X, formado pelos ingleses Smithson, grupo que formalizou fortes críticas aos modernistas do início do século. “Os Smithson costumavam dizer que na Carta de Atenas ‘o que faltava era o homem’”. (Apud JAQUES, P. 2003, p. 26) Negavam o homem ideal, a exemplo do Modulor corbusiano, e

defendiam a produção arquitetônica e urbanística para o homem real. O CIAM X (1956) já se encontrava praticamente sob a responsabilidade do Team X. Criticaram a escassez e o funcionalismo modernos, compreendidos nas funções básicas de habitação, trabalho, lazer e circulação, em defesa de uma arquitetura e urbanismo que respondesse melhor às necessidades de identidade. O Team X alcança a antítese completa das projeções cartesianas de la Ville Radieuse de Le Corbusier (1924). Em 1959, houve o abandono oficial dos CIAM e a sucessão do Team X.

Paralelo a Team X, a Internacional Situacionista aparece como o grupo mais responsável pela repulsa radical ao modernismo, o funcionalismo separatista da Carta de Atenas e à racionalidade cartesiana de seu maior defensor, Le Corbusier. A princípio, a Internacional Situacionista pretendia “construir cidades, o ambiente apropriado para o despertar ilimitado de novas paixões. Porém, como isso evidentemente não era fácil, vimo-nos forçados a fazer muito mais”. (Apud JACQUES, P. 2003, p.18) Construíram uma ideologia que negava uma série de comportamentos da cultura moderna, extrapolando a condição meramente urbana para uma condição social. A diferença fundamental entre os dois grupos era que, enquanto o Team X estava dentro dos CIAM lutando pela reforma do congresso, a IS era marginal e buscava veementemente a revolução. Porém apesar dessa diferença, ambos os grupos se aproximavam ao sustentar críticas às crenças modernas semelhantes.

*“Colagens, mistura e diversidade contra o excesso de racionalidade e funcionalidade modernas, e contra a separação de funções. Contra a generalidade, a impessoalidade, simbolizadas pelo Modulor corbusiano e pela ideia de Tábula Rasa, eles propunham a busca de identidades, da individualidade e da diversidade, sobretudo das pessoas comuns e reais das ruas das cidades existentes. Contra a homogeneidade e simplicidade dos ideais modernos, eles propunham a heterogeneidade e a complexidade ligadas à vida cotidiana. Contra a grande escala e à autoridade do Estado e dos próprios urbanistas ligados às pretensões modernas, propunham uma volta à pequena escala, à escala humana e à participação dos habitantes.” (JACQUES, P. 2003, p. 27)*



No início, a IS possuía um grande interesse na arte que fosse além dos padrões vigentes da arte moderna. Idealizavam uma arte completa, integral. “A arte integral, de que tanto se falou, só poderia se realizar no âmbito do urbanismo”. (JAQUES, P. 2003, p.19) A expansão da produção e da vivência artística deveria acontecer no ambiente urbano, o que acarretou em uma série de reflexões e experimentações sobre a cidade. Alimentavam uma crítica feroz ao urbanismo moderno e seus planejamentos racionais e às cidades pré-definidas em defesa de uma “construção coletiva” do espaço urbano. Foi por força desta conclusão que a Internacional Situacionista dedicou-se, com o passar dos anos, menos às produções artísticas e urbanísticas e mais às críticas contra a sociedade moderna, em busca de uma revolução social. Esse interesse político revolucionário, colocado à frente da produção artística e urbanística contém uma grande diferença em relação ao pensamento modernista. Enquanto para os modernos, a arquitetura e urbanismo modificariam a sociedades, para a IS, a sociedade modificaria a arquitetura e o urbanismo.

Em 1957, Guy Debord escreveu “A sociedade do espetáculo”, livro que será o ícone das críticas à sociedade e à cultura moderna capitalista. A primeira tese do livro diz que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. (DEBORD, G. 2003, p.08) Essa definição de espetáculo está diretamente relacionada ao capitalismo e suas estratégias de produção e consumo que dominaram a lógica da sociedade.

A partir das críticas ao capitalismo e suas táticas de dominação, Debord escreve algumas teses a respeito das influências do espetáculo na ordenação do território.

*Tese 165: “A produção capitalista unificou o espaço, que não é mais limitado pelas sociedades exteriores. Essa unificação é, ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, do mesmo modo que quebrou todas as barreiras regionais, legais, e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, também dissolveu a autonomia e a qualidade dos lugares. Este poder de homogeneização foi semelhante à artilharia pesada que*

*derrubou todas as muralhas da China.” (DEBORD, G. 2003, p.111)*

*Tese 169: “Essa sociedade que modela tudo o que a rodeia edifica sua técnica especial trabalhando a base concreta deste conjunto de tarefas: o seu próprio território. O urbanismo é a tomada do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se em sua lógica de dominação absoluta, refaz a totalidade do espaço como seu próprio cenário.” (DEBORD, G. 2003, p.112)*

Debord explicita a dominação que a força econômica, força que rege a sociedade capitalista desde a industrialização, estabelece sobre a criação e ordenação do território. Para ele, o urbanismo estaria a serviço da repressão social enquanto se encontrar a serviço dos interesses do capitalismo. A relação entre a urbanização e o crescimento do capitalismo é objeto de reflexão desde a industrialização. A sociedade do espetáculo pode ser entendida como o amadurecimento hegemônico da crença capitalista, de produção, de consumo e de modo de vida. Segundo Debord, “vivemos uma crise existencial da história, em que a cada ano aparece mais nítido o problema da dominação racional das novas forças produtivas, e da formação de uma civilização em escala mundial”. (DEBORD, G. 1955) Esse quadro tem influências na cidade e na produção urbanística. “Hoje, o principal problema que o urbanismo tem a resolver consiste em melhorar o tráfico do crescente número de ‘veículos automotores” (DEBORD, G. 1955). O repúdio de Debord ao urbanismo moderno vem justamente pela percepção de que este, até então, encontrava-se a serviço dos interesses capitalistas e burocráticos.

Lefebvre utilizou o termo “racionalismo operatório” para se referir às produções e reflexões urbanas modernas da primeira metade do século XX. Para ele, o racionalismo moderno analisava metodicamente os elementos urbanos e sociais, para depois, subordiná-los a uma finalidade determinada, que é a ideologia. Para os modernos “técnico-operacionais”, o remédio para o caos dos espaços sociais analisados é a coerência. Porém, “esse racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim”. Segundo o filósofo, há três tendências urbanísticas originadas no racionalismo operatório.

O urbanismo dos homens de boa vontade: seus projetos e reflexões adotam certa filosofia, e são normalmente ligados ao humanismo. Busca-se construir em “escala universal” para o “homem ideal”. Esses urbanistas são como médicos da sociedade, criadores de uma nova forma de vida. Muitas vezes se mostram nostálgicos à modelos como a aldeia, comunidade ou bairros acrescidos de edifícios públicos. Porém, a escala do homem moderno mudou e tais projetos se tornam desmedidos, resultando, na melhor das hipóteses, em projetos formalistas ou esteticistas. (LEFEBVRE, H. 2001, p.30)

O urbanismo dos admiradores ligados ao setor público: Tal urbanismo pretende-se científico, baseia-se na ciência ou em pesquisas sintéticas, análises fragmentárias da sociedade. Tende a negligenciar o “fator humano” em prol das técnicas de circulação e comunicação. Esse urbanismo, tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e ideologias, não hesita em substituir o que resta das cidades para criar um ambiente destinado aos carros, às comunicações e às informações. Tais modelos urbanos só entram em prática ao apagar por completo a existência das cidades pré-existentes. Esse urbanismo se interessa em concentrar os meios de poder (informacionais, governamentais, econômicos, operacionais) para criar centros de decisão. (LEFEBVRE, H. 2001, p.31)

O urbanismo dos promotores de venda: Concebem e realizam projetos visando o lucro. Com ou sem ideologia, esse urbanismo torna-se valor de troca.

*“A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objeto e em dinheiro). (LEFEBVRE, H. 2001, p.12)*

Possuem estratégias publicitárias que vendem seus projetos como lugares de felicidade para se viver uma nova e maravilhosa vida. A publicidade torna-se uma ideologia, transforma o cotidiano em um conto de fadas e vende a imagem de uma vida perfeita. “Faz nascer uma nova arte de viver!”, “um novo estilo de vida!”. Essas são as imagens vendidas da alegria do

novo viver. “Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião (...) inútil insistir!” A sociedade do consumo traduz-se em ordens. Ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. A ilusão da felicidade é propagada através do consumo. Esse urbanismo programa uma vida de “satisfações” consumíveis. (LEFEBVRE, H. 2001, p.32)

Para Lefebvre, a junção dessas três tendências acarretaria em uma estratégia global. Tal estratégia unirá os que trabalharão para a concentração dos meios de poder e os que trabalharão para a cultura do consumo e a produção de “satisfações”. Este sistema unitário reuniria as condições para uma dominação perfeita, uma exploração das pessoas enquanto produtores e consumidores, de produtos e de espaços. “A convergência desses projetos comporta portanto os maiores perigos. Ela apresenta politicamente o problema da sociedade urbana.” (LEFEBVRE, H. 2001, p.33) A convergência seria dos seguintes fatores: a submissão aos interesses do consumo e capitalismo, a falsa ideia de bem estar, satisfação e felicidade vendidas pela publicidade, a centralização do poder nos centros decisoriais, separação do centro do poder e das periferias desurbanizadas, e a maquiagem formalista humanista.

Segundo Lefebvre, essa estratégia unitária poderia constituir uma realidade irreparável. Percebe-se certa proximidade entre essa estratégia unitária e a sociedade do espetáculo de Debord. Conceitos como a submissão das produções humanas ao interesse do mercado, as promessas consumíveis de felicidade vendidas pela publicidade/imagem e a concentração dos centros de poder separado dos dominados são as bases do espetáculo. O espetáculo trabalha de diferentes formas e por diversos caminhos. Apropria-se de diferentes campos sociais, como economia, política, urbanismo e publicidade, para criação de uma sociedade espetacular. As estratégias unitárias colaboram com as estratégias do espetáculo para a criação de uma sociedade alienada, em que a vivência real e efetiva do mundo e das cidades são substituídas pela imagem de uma vida. O ser humano perde a capacidade ativa de sua própria vida e torna-se passivo à dominação e ao funcionamento da sociedade espetacular.

Para combater essa situação, são necessárias novas contradições, dissensos que perturbem a convergência dessas estratégias de dominação. A Internacional Situacionista desenvolveu táticas urbanas que foram essenciais para o questionamento dessas hegemonias que se amadureciam na sociedade moderna capitalista. Para a IS, “o único papel da arquitetura é servir às paixões dos homens”, o que é antagônico às necessidades funcionais das produções modernistas. Na questão urbana, “não existiu uma forma situacionista material

de cidade, e sim uma forma situacionista de viver, ou de experimentar a cidade.” (JACQUES, P. 2003, p.20) É por este caminho que as reflexões situacionistas caminharam, pela criação de novas formas de perceber, viver e experimentar o espaço urbano. Tais renovações cotidianas seriam as responsáveis pela recriação de uma nova cultura onde “o papel do 'público', se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores mas, num sentido novo do termo, vivenciadores”. (Apud JACQUES, P. 2003, p.21)

O termo “situacionista” vem a partir da criação de situações. Uma situação construída se define como “momento da vida, concreta ou deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos”. (IS, nº1. 1958) As construções deveriam depender da “participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana”. (JACQUES, P. 2003, p.19) Práticas como a deriva são de extrema importância para a criação de novas potencialidades para a vida cotidiana. A deriva foi definida como “modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas. Diz-se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência”. (IS, nº1. 1958) A intenção dos situacionistas em buscar novas formas de relação com os espaços urbanos provocou uma nova reflexão sobre a função das cidades. A ação “andar sem rumo” se tornou uma forte crítica ao funcionalismo urbano e à necessidade econômica de constante produção e máxima eficiência.

As experimentações urbanas situacionistas desenvolveram estudos e teorias urbanas, como a psicogeografia e, posteriormente, o urbanismo unitário. A psicogeografia consistia na relação do meio geográfico com o psicológico do “andarilho” e com a afetividade que é criada nessa relação. A análise psicogeográfica considera os aspectos sentimentais, psicológicos ou intuitivos além dos aspectos meramente físicos, formais topográficos e geográficos dos espaços analisados. Já o Urbanismo Unitário se desenvolveu como uma teoria urbana crítica que amadureceu as questões levantadas pelas experimentações e análises situacionistas. Uma “teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento”. (IS, nº1. 1958)

As experimentações, análises e teorias da Internacional Situacionista buscaram novas funções e potencialidades do espaço urbano. Ultrapassaram definitivamente a discussão moderna a respeito do funcionalismo, das necessidades mínimas e da organização racional da

vida urbana. O entendimento das transformações que as cidades sofreram ao longo dos séculos, físicas e ideológicas, é de extrema importância para discutir as cidades contemporâneas. As funções políticas das cidades arcaicas (gregas e romanas) transitaram para as funções políticas e comerciais das cidades medievais (LEFEBVRE, H. 2001, p.11), seguiram para as funções produtivas das cidades na era industrial, para as funções mínimas e organizacionais das cidades modernistas, e, posteriormente, para as funções lúdicas das cidades/experimentações situacionistas. Quais as funções que buscamos para as cidades atuais? O que o urbanismo atual tem a oferecer para a vida urbana contemporânea? Quais as novas necessidades? Quais as novas vontades?

Nicolas Bourriaud em seu livro “Estética Relacional” (1998) discute algumas problemáticas que, por mais que estejam voltadas para a produção artística, podem ajudar a esclarecer os questionamentos colocados acima. Na verdade, é justamente a produção artística que poderá agregar valor à reflexão urbanística. Inicialmente, o autor constrói uma forte crítica à sociedade atual que, por meio dos interesses comerciais e suas estratégias, reduz progressivamente os espaços de relação entre as pessoas. Os alvos da crítica de Bourriaud, as imposições das forças do mercado e dos poderes dominadores na vida urbana, se aproximam significativamente ao que Debord denominava de sociedade do espetáculo. “Num mundo regulado pela divisão do trabalho e pela superespecialização, pela mecanização humana e pela lei do lucro, aos governos importa tanto que as relações humanas sejam canalizadas para vias de saída projetadas para essa finalidade quanto que elas se processem segundo alguns princípios simples, controláveis e repetíveis.” (BOURRIAUD, N. 2009, p.12)

A dominação dos interesses mercantis na sociedade atual controla os espaços que possibilitam o encontro entre pessoas. A mecanização das funções sociais e a sistematização das atividades humanas reduzem progressivamente o universo relacional. Percebe-se o crescimento progressivo de espaços destinado ao convívio e encontro, o que torna a relação entre pessoas cada vez mais dependente de espaços específicos e “funcionais”. O desenvolvimento constante da economia capitalista controla uma sociedade consumidora não apenas de produtos, mas também de uma cultura. Segundo o autor, o sujeito ideal da 'sociedade dos figurantes' se torna consumidor de tempo e espaço. O que não é comercializável, ou melhor, consumível está em risco de desaparecer. “Em breve, as relações humanas não conseguirão se manter fora desses espaços mercantis”. (BOURRIAUD, N. 2009, p.12) A situação social que Bourriaud critica faz parte da cultura espetacular, utilizando o

termo de Debord. “Perante as mídias eletrônicas, os parques recreativos, os espaços de convívio, a proliferação dos moldes adequados de sociabilidade, vemo-nos pobres e sem recursos, como o rato de laboratório condenado a um percurso invariável em sua gaiola, com pedaços de queijo espalhados aqui e ali.” (BOURRIAUD, N. 2009, p.11) As estratégias dessa sociedade que controla as atividades, as relações e os modos de vida das pessoas de acordo com seus interesses, moldam uma massa de consumidores alienados e cerceados de liberdade. Essas estratégias da sociedade do consumo devem ser urgentemente questionadas e combatidas.

*“O fracasso global da modernidade evidencia-se na transformação das relações inter-humanas em produtos, na pobreza de alternativas políticas e na desvalorização do trabalho enquanto valor não econômico, a qual não corresponde nenhuma valorização do tempo livre.”*  
(BOURRIAUD, N. 2009, p.117)

*“... em nossas sociedades pós-industriais, o mais urgente não é mais a emancipação dos indivíduos, e sim a da comunicação inter-humana, a emancipação da dimensão relacional da existência”* (BOURRIAUD, N. 2009, p.84)

Para Bourriaud, a prática artística contemporânea tem a condição de se tornar um campo fértil de experimentações sociais que vão de encontro com a uniformização dos comportamentos causada pela mecanização e especialização do mundo. Essa prática artística é denominada de arte relacional, arte que produz “espaços-tempos relacionais, experiências inter-humanas que tentam se libertar das restrições ideológicas da comunicação de massa; de certa maneira, são lugares onde se elaboram socialidades alternativas, modelos críticos, momentos de convívio construídos”. (BOURRIAUD, N. 2009, p.62)

A arte relacional trabalha com modelos de intercâmbio social, processos de comunicação que têm o intuito de interligar pessoas e grupos. “Além de seu caráter comercial ou de seu valor semântico, a obra de arte apresenta um interstício social. O termo interstício foi usado por Karl Marx para designar comunidades de troca que escapavam ao quadro da economia capitalista, pois não obedeciam à lei do lucro”. (BOURRIAUD, N. 2009, p.22) Os

interstícios sociais sugerem outras possibilidades de relação dentro do sistema vigente, que é a sociedade capitalista. A arte relacional permite intercâmbios humanos que se deslocam das “zonas de comunicação” que nos são impostas. “A arte contemporânea realmente desenvolve um projeto político quando se empenha em investir e problematizar a esfera das relações” (BOURRIAUD, N. 2009, p.23). Tal projeto político, interessado em subverter o quadro vigente da sociedade, cria outras possibilidades, universos possíveis de se relacionar com o mundo.

*“... ontem, a insistência sobre as relações internas do mundo artístico, numa cultura modernista que privilegiava o 'novo' e convidava à subversão pela linguagem; hoje, a ênfase sobre as relações externas numa cultura eclética, na qual a obra de arte resiste ao rolo compressor da 'sociedade do espetáculo'. As utopias sociais e a esperança revolucionária deram lugar a microutopias cotidianas e a estratégias miméticas: qualquer posição crítica 'direita' contra a sociedade é inútil, se baseada na ilusão de uma marginalidade hoje impossível, até mesmo reacionária.” (BOURRIAUD, N. 2009, p.43)*

A produção artística relacional a qual Bourriaud se refere, produções da década de 90, possui um grande potencial para a reflexão a respeito do urbanismo atual. O rompimento com os interesses controladores dos poderes socioeconômicos é essencial para a construção de novos paradigmas possíveis em relação às cidades. Atualmente, o mercado do consumo e suas estratégias de dominação, como a publicidade, comunicação e o lazer, influenciam massivamente na construção das cidades na formação dos modos de vida. A transformação de como se percebe e se vive a cidade contemporânea, fora dos espaços e das políticas de controle, permite que se reflita a respeito da prática urbanística. Essa discussão a respeito da condição das cidades não é impensada. Para Bourriaud, o espaço urbano é o espaço que possibilitou as intensas relações entre os indivíduos e é onde se criaram as práticas artísticas que discutem sobre essas relações.

*“A cidade permitiu e generalizou a experiência da proximidade: ela é o símbolo tangível e o quadro histórico do estado da sociedade, esse 'estado de encontro fortuito imposto*



*aos homens' (...) Esse regime de encontro casual intensivo, elevado à potência de uma regra absoluta de civilização, acabou criando práticas artísticas correspondentes, isto é, uma forma de arte cujo substrato é dado pela intersubjetividade e tem como tema central o estar juntos..” (BOURRIAUD, N. 2009, p.21)*

O urbanismo pode e deve agregar o valor que a sensibilidade artística nos mostra. Perceber o espaço urbano como espaço relacional é essencial para pensar nos novos objetivos do urbanismo contemporâneo. A criação de “situações”, criações que escapam aos domínios do estado-comércio em prol de construções coletivas, devem ser repensadas e adaptadas para o contexto atual. De certa forma, as intervenções urbanas contemporâneas, arte que fugiu das galerias para as ruas, são indícios dessa busca por relações mais livre, mais aberta e coletiva. A prática urbanística, ainda imensamente arraigada nas ideologias funcionalistas e racionais modernas, tem agora a possibilidade de aprender com as ações sensíveis e extremamente políticas da arte contemporânea.

A criação de ambientes urbanos que fomentem relações humanas fora dos “moldes adequados de sociabilidade” é uma importante ação política ao subverter a ordem da lógica social vigente. Agregar a experiência estética, social e política da arte na produção urbanística e na reflexão sobre a cidade pode ser um grande passo para atualizarmos a discussão urbana às novas necessidades (ou possibilidades) da sociedade contemporânea.<sup>2</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética relacional* [1998]. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Martins, 2009.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma analogia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2013.

---

2 Este trabalho é uma versão ampliada da comunicação “As cidades, da industrialização à estética relacional” apresentada no XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo que ocorreu em Brasília, de 9 a 12 de setembro de 2014. Este trabalho é o resultado do projeto de Iniciação Científica (2013-2014), CNPq/Decanato de Pesquisa e Pós Graduação da UnB.

- CIAM. *Carta de Atenas*, [on line]. 1933. Disponibilidade: portal.[iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233](http://iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233). [novembro, 2013]
- CURTIS, William J.R.. *Arquitetura Moderna desde 1900. 3ed.* Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEBORD, G. “Introdução a uma crítica da geografia urbana” (1955). In JACQUES, Paola Berestein. *Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 39-42.
- FRAMPTON, Kenneth. *Historia crítica de la arquitectura moderna* [1981]. Bracelona: Gustavo Gili, 1987.
- IS n°1, junho de 1958. “Definições”. In JACQUES, Paola Berestein. *Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 65-66.
- JACQUES, Paola Berestein. *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Pau: Centauro, 2001.